

A IMIGRAÇÃO E O ACESSO EFETIVO À EDUCAÇÃO BÁSICA EM UMA CIDADE DO VALE DO PARANHANA

Ana Cristina Tomasini¹
Daniel Luciano Gevehr²
Gabriel Osmar Wilbert de Bortoli³
Maisson da Silva Berg⁴

RESUMO

O direito à educação é um campo amplo de discussões, principalmente no que tange às populações migrantes. Este artigo tem como objetivo verificar como ocorre o acesso à Educação Básica por imigrantes no município de Igrejinha/RS. O acesso à escola não pressupõe um acesso efetivo de inclusão e pertencimento ao contexto educacional. No território nacional, toda a população, entre 4 e 17 anos, indiferente da etnia à qual pertence, deve ter garantido seu direito efetivo à educação, conforme é determinado pelas políticas educacionais vigentes. Este estudo ocorre a partir de uma pesquisa documental com caráter quali/quantitativo, utilizando dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação da cidade de Igrejinha/RS e entrevistas com os professores e coordenadores pedagógicos das instituições de ensino. Obtendo resultados parciais e preliminares verificados na literatura, foi possível perceber que a inserção educacional de imigrantes ainda é desafiadora por diversos motivos. Nesse contexto, a presente pesquisa torna-se relevante, pois se busca conhecer a realidade do município em questão e possíveis estratégias de integração desses estudantes no cenário educacional.

Palavras-chave: Migração contemporânea. Educação Básica. Direito à Educação.

ABSTRACT

The right to education is a wide field of discussion, especially with regard to migrant populations. This article aims to verify how access to Basic Education by immigrants occurs in the municipality of Igrejinha / RS. The access to school does not imply effective access to inclusion and belonging to the educational context. In the national territory, all population between 4 and 17 years old, regardless of the ethnicity to which it belongs, must have guaranteed its effective right to education, as determined by the current educational policies. This study will take place from a documentary research with a qualitative / quantitative character, using data provided by the Igrejinha city/RS Municipal Department of Education and interviews with teachers and pedagogical coordinators of educational institutions. Obtaining partial and preliminary results verified in the literature, it was possible to perceive that the

¹ Mestranda em Desenvolvimento Regional pelas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). Bolsista CAPES. *E-mail:* anatomasini@sou.faccat.br.

² Doutor em História. Professor do PPG em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). *E-mail:* danielgevehr@faccat.br.

³ Mestrando em Desenvolvimento Regional pelas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). Bolsista CAPES. *E-mail:* gabrielbortoloti@sou.faccat.br.

⁴ Mestrando em Desenvolvimento Regional pelas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). Bolsista CAPES. *E-mail:* maissonberg@sou.faccat.br.

educational insertion of immigrants is still challenging for several reasons. In this context, the present research becomes relevant, as it seeks to know the reality of the municipality in question and possible strategies for integrating these students in the educational scenario.

Key-words: Contemporary Migration, Basic Education e Education Right.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem recebido, nos últimos tempos, um grande número de imigrantes oriundos, sobretudo, de países periféricos. Se pensarmos historicamente, o Brasil foi, no passado, um país que recebeu muitos imigrantes, porém os fluxos migratórios das últimas décadas possuem aspectos peculiares, visto que são marcados pela crise humanitária que atingiu vários países ao redor do planeta (SCHWINN; COSTA, 2015).

De acordo com Cavalcanti *et al.* (2019), as principais nacionalidades de imigrantes residentes no Brasil em 2018 eram: venezuelanos, haitianos, colombianos, bolivianos e uruguaios. Quanto à porcentagem dessas populações no país, pode-se destacar que os haitianos, grupo sobre o qual este artigo se propõe uma análise, representavam 14,7% do número de imigrantes.

Os motivos que levaram à imigração haitiana são variados, entretanto cabe destacar que esse contingente populacional,

[...] de forma geral, buscam melhores condições de vida longe de seu país de origem, que é o mais pobre do continente americano e cuja situação social e econômica foi intensamente agravada pelo terremoto que criou um grande número de desabrigados e reduziu a escombros parcela importante da infraestrutura habitacional e governamental, agravando profundamente a situação humanitária desta nação (FARIA; FERNANDES, 2016, p. 2).

Com os problemas que o Haiti já vinha enfrentando e com o agravamento causado pelo terremoto que atingiu o país em 2010, teve início um considerável fluxo migratório do país. Nesse contexto, o Brasil tornou-se um país de destino para esse contingente populacional. Uebel e Rückert (2017) destacam que houve dois movimentos de haitianos para o Brasil, sendo chamados pelos autores de “gerações de imigrantes”. A primeira geração de imigrantes haitianos que se deslocou para o Brasil veio logo após o terremoto que atingiu o país e gerou forte crise em 2010. Esse grupo inicial de imigrantes era constituído, sobretudo, por homens solteiros. Já

a segunda geração de imigrantes haitianos que se deslocou ao Brasil veio a partir de 2013, direcionados principalmente ao Rio Grande do Sul, por meio de redes de apoio estabelecidas com os haitianos já aqui residentes. O segundo grupo já era mais heterogêneo, pois contava com a presença de mulheres, idosos, crianças e famílias.

A partir do estabelecimento no novo país, muitos são os desafios impostos aos imigrantes, como, por exemplo, “[...] o idioma, em seguida vem o emprego, depois a habitação, a formação, a regularização imigratória, saúde, discriminação e a segurança nacional” (SILVA; LIMA, 2017, p. 397). Nesse contexto de mudança e desafios, o acesso a determinados direitos garantidos por lei aos imigrantes, como a educação, merece a atenção da sociedade e da comunidade científica.

Pensando nessas questões, busca-se, com este artigo, verificar como se dá o acesso efetivo à educação da população imigrante no município de Igrejinha, no estado do Rio Grande do Sul. Sendo assim, o artigo está dividido da seguinte forma: na seção 2, discutiremos o referencial teórico sobre a temática; na seção 3, consta a metodologia empregada na realização da pesquisa; na seção 4, a caracterização do município de Igrejinha/RS; na seção 5, os resultados e a discussão; e, por fim, as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Constituição Federativa do Brasil de 1988, no seu 6º artigo, consagra que o acesso à educação é um direito social e que deve ser garantido a todos os residentes no país, sejam eles brasileiros ou estrangeiros (BRASIL, 2019). O responsável e garantidor desse inquestionável e consagrado direito é o Poder Público. Em pleno século XXI, não cabe assistir a crianças e a adolescentes enfrentando restrições quanto ao alcance desse direito. Quando a questão aborda as populações de imigrantes contemporâneos, a exemplo da saúde e moradia, a educação, por vezes, também é inatingível para alguns cidadãos. Nesses casos, exigem-se prestações positivas de universalização e acesso à educação por parte do Estado (WALDMAN, 2012).

Como forma de contornar o acesso negado a algum direito fundamental, os direitos humanos têm assegurado patamares mínimos de garantias civis, sociais e

culturais às populações consideradas vulneráveis. Por essa razão, uma extrema valorização desses direitos é manifestada por diversos grupos e organizações. Os direitos humanos fomentam o livre acesso ao conhecimento. Isso significa dizer que a liberdade e a educação fazem parte do conjunto de garantias protegidas e tuteladas pela lei (SANTOS, 2019).

Por meio dos movimentos migratórios contemporâneos, faz-se necessário entender que garantir o direito efetivo à educação é absurdamente maior que garantir o direito à matrícula na escola e ter acesso à sala de aula. É a inserção social a verdadeira régua para identificar em qual medida o direito à educação está sendo garantido. Vial (2004) alerta para a possibilidade de termos uma sociedade que inclui todos e ao mesmo tempo exclui os ditos incluídos. Para o autor, a diferença entre inclusão e exclusão pode, sutilmente, ser manifestada pelo modo como a sociedade consente aos indivíduos serem verdadeiramente pessoas humanas que gozam plenamente de seus direitos e garantias legais (VIAL, 2004).

Importa salientar que a condição migratória de uma pessoa não pode ser apontada como justificativa para a privação do gozo e do exercício de um direito. Contemporaneamente, no âmbito jurídico, de acordo com a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, o acesso à Educação Básica obrigatória representa um direito público subjetivo a toda criança e adolescente dos 4 aos 17 anos de idade (BRASIL, 1996). Duarte (2004) explica que o direito público subjetivo configura-se como um instrumento jurídico que permite à sociedade controlar a atuação do poder estatal, e, inclusive, constranger judicialmente o Poder Público a suprimir medidas e práticas que restrinjam qualquer um dos direitos fundamentais (DUARTE, 2004).

Nessa direção, Ranieri (2009, p. 269) entende que “[...] as garantias são instrumentos jurídicos destinados à fruição dos direitos”, e a educação é um bem principal que necessita ser alcançada a todos os indivíduos, dentre eles, os grupos migrantes. Sobre o termo educação, Caldas Aulete (2020) o conceitua como uma ação e efeito de educar, de desenvolver as atividades físicas, intelectuais e morais da criança e em geral do ser humano. Com esse sentido, Ranieri (2009) explica que do termo educação deriva outras palavras com novos sentidos, como “educador”, “educando”, “professor”, “aluno”, “pedagogia”, entre outras.

Sob a ótica da autora, nesse rol de palavras associadas à educação, podemos refletir sobre outro “estágio interpretativo”, que se apresenta entre “o direito à educação e os direitos na educação” e nos remete a outra importante consideração “[...] de que a educação é também compreendida como um direito de todos” sem distinção de raça, gênero, classe social ou qualquer outro tipo de diversidade (RANIERI, 2009, p. 270-271). Sob essa ótica, é necessário entender que simplesmente garantir o acesso das populações migrantes às instituições de ensino não representa conduzir de forma adequada o direito à educação. Mais do que isso, faz-se necessário inserir efetivamente esse indivíduo no ambiente educacional, romper as barreiras que dificultam esse acesso e prepará-lo para viver e conviver dignamente em sociedade.

3 METODOLOGIA

Portanto, para a elaboração do estudo, foi realizado um questionário com profissionais da coordenação pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. O período de coleta de dados foi no mês de setembro de 2020. Utilizou-se a análise de conteúdo proposta por Minayo (2014), que se elucidou em três categorias temáticas: dados documentais quantitativos do acesso de imigrantes na rede de ensino no município de Igrejinha; processo de inserção e acesso à educação dos imigrantes; barreiras para o ensino e aprendizagem dos alunos imigrantes matriculados, as quais explicitam os principais aspectos encontrados no questionário aos profissionais. Com isso, o estudo possui a seguinte problemática: Como é o acesso efetivo da população imigrante matriculada na rede de ensino municipal? Para responder a esse questionamento, estruturou-se, como objetivo geral, analisar o acesso efetivo ao direito à educação escolar por parte de crianças e adolescentes imigrantes que vivem em Igrejinha/RS e refletir sobre a extensão desse direito fundamental.

4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IGREJINHA/RS

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Igrejinha está localizado na Encosta Inferior do Nordeste do Estado do

Rio Grande do Sul. O município localiza-se no Vale do Paranhana, distante cerca de 85km de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. A área territorial do município é de 136,784 km², e a população estimada em 2020 é de 37.340 pessoas. Abaixo é possível perceber a localização de Igrejinha no Vale do Paranhana.

Mapa 01: Localização de Igrejinha no Vale do Paranhana



Fonte: <http://copavaledoparanhانا.blogspot.com/2014/04/>. Acesso em: 22 set. 2020.

O município de Igrejinha possui uma história relacionada à imigração alemã ao Rio Grande do Sul. Habitado inicialmente por povos indígenas caingangues, o território que hoje compreende o território de Igrejinha foi, no século XIX, parte da Colônia Mundo Novo. A Colônia Mundo Novo foi um empreendimento que começou a receber imigrantes vindos da Alemanha ou da então Colônia São Leopoldo a partir de 1846 (FERNANDES, 2011). Esse passado marcado pela presença da imigração alemã influenciou a cultura da região, que até hoje possui considerável número de descendentes de imigrantes alemães.

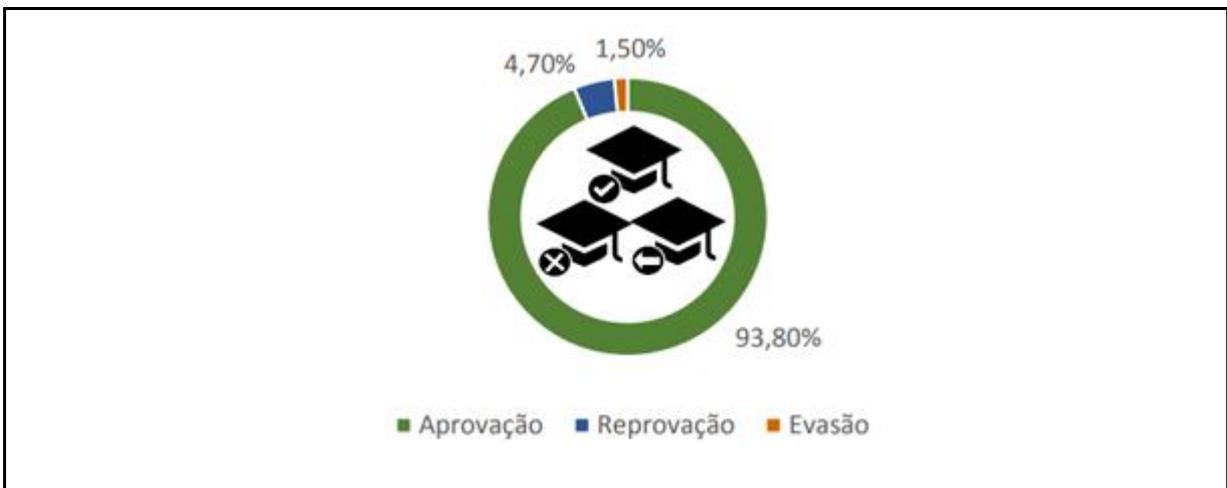
Partindo para questões atuais do município de Igrejinha, o presente artigo pretende abordar dados educacionais, visto que esse trabalho se propõe a uma análise nessa área. Quanto às características educacionais do município de Igrejinha, pode-se observar, segundo dados apresentados pelo SEBRAE (2020), que em 2010 a escolaridade da população era a seguinte: 59% da população eram “sem

instrução e fundamental incompleto”; 20% da população tinham “fundamental completo e médio incompleto”; 17% da população tinham “médio completo e superior incompleto”; e 4% da população tinham “superior completo”.

Quanto à taxa de analfabetismo no município de Igrejinha, podem-se observar os seguintes dados apresentados pelo SEBRAE (2020): em 1991, a taxa era de 7,2%; em 2000, a taxa passou para 5,4%; e no ano de 2010, a taxa passou para 3,5%. Isso mostra uma redução no número de analfabetismo em Igrejinha nas últimas décadas.

Quanto à taxa de desempenho escolar no Ensino Fundamental no município de Igrejinha em 2018, pode-se observar o Gráfico 1.

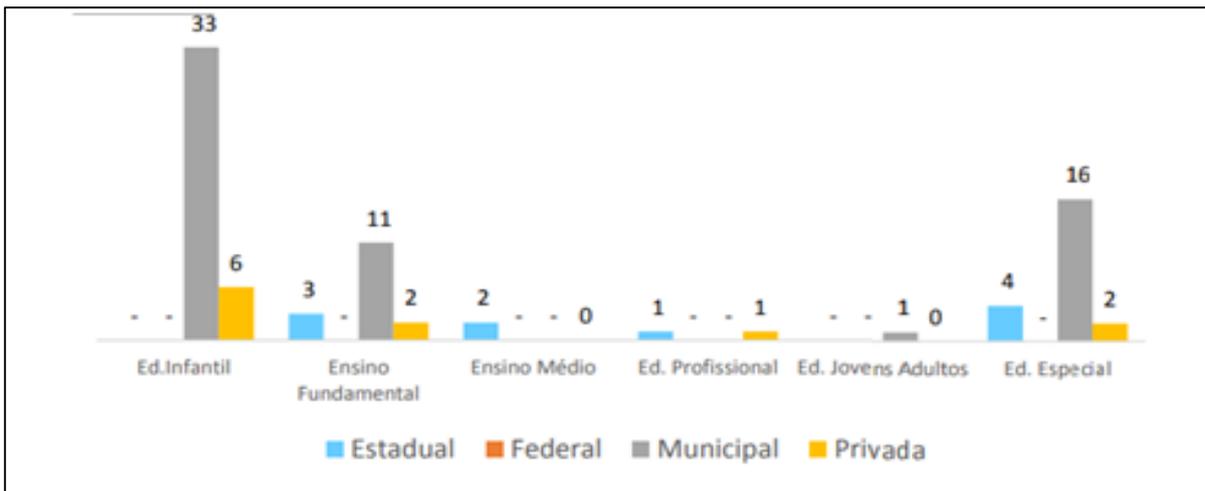
Gráfico 1 – Taxa de desempenho escolar – Ensino Fundamental - 2018



Fonte: SEBRAE. Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Igrejinha.pdf. Acesso em 06. Out. 2020.

Como é possível observar no Gráfico 1, a maioria dos estudantes do Ensino Fundamental em Igrejinha no ano de 2018 tiveram uma taxa de aprovação. A evasão escolar no Ensino Fundamental é baixa, porém ainda continua presente.

Quanto ao número de estabelecimentos de ensino em Igrejinha no ano de 2018, pode-se observar o Gráfico 2 (p. 81).

Gráfico 2 – Número de estabelecimentos de ensino – 2018


Fonte: SEBRAE. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Igrejinha.pdf>. Acesso em 06. Out. 2020.

De acordo com o Gráfico 2, existem no município de Igrejinha 11 estabelecimentos de Ensino Fundamental mantidos pela rede municipal de ensino. Existem ainda 33 estabelecimentos de Educação Infantil mantidos pela rede municipal de ensino.

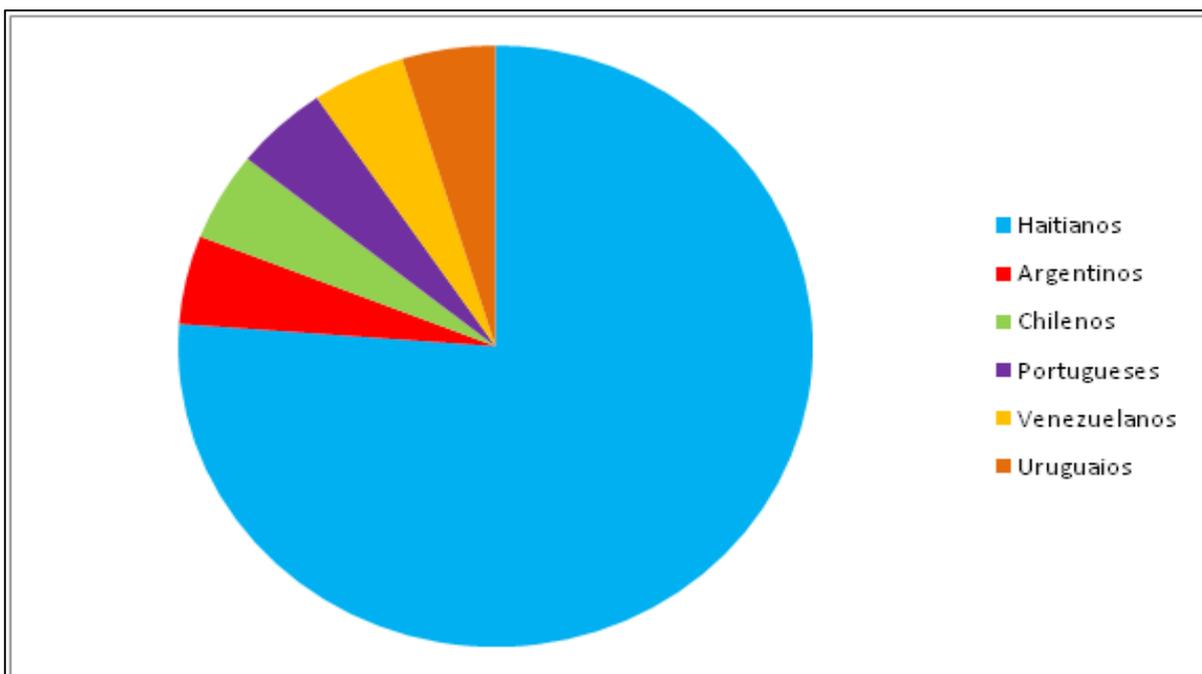
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Dados quantitativos do acesso de imigrantes na rede de ensino

Na rede municipal de educação de Igrejinha, foi possível perceber, a partir do questionário realizado junto à secretaria de educação, que existem 21 estudantes de outra nacionalidade, que não a brasileira, matriculados na rede. Além de estudantes de outras nacionalidades, estão matriculadas na rede 14 crianças que são filhas de imigrantes haitianos, mas que já nasceram no Brasil.

Quanto à nacionalidade dos estudantes matriculados na rede municipal de Igrejinha, pode-se observar o gráfico a seguir:

Gráfico 3 - Percentual de alunos imigrantes quanto à nacionalidade em Igrejinha/RS - 2020



Fonte: Gráfico criado pelos autores com base no questionário realizado junto à Secretaria Municipal de Educação de Igrejinha.

Como se pode observar a partir do gráfico 3, a maior parte dos alunos imigrantes matriculados na rede municipal de ensino de Igrejinha possuem a nacionalidade haitiana. Esse índice é reflexo de um movimento migratório iniciado, sobretudo, a partir do terremoto que atingiu o Haiti em 2010. Segundo dados do questionário realizado junto à Secretaria de Educação, a faixa etária dos estudantes imigrantes é entre 6 meses e 14 anos.

Conforme foi exposto na seção anterior sobre a caracterização do município de Igrejinha, o município possui 11 estabelecimentos de ensino de Ensino Fundamental mantidos pela Secretaria de Educação. Segundo dados do questionário, existem alunos imigrantes em 5 dessas 11 escolas, sendo elas: EMEF Lajeadozinho, EMEF Osvaldo Cruz, EMEF Vila Nova, EMEF Hilário Nestor Backes e EMEF Machado de Assis. Quanto ao número de estabelecimentos de ensino de Educação Infantil, existem alunos imigrantes em 3 das 33 escolas, sendo elas: EMEI Vovô Ritter, EMEI Morada da Colina e EMEI Almiro Grings.

5.2 Barreiras para o ensino e aprendizagem dos alunos imigrantes matriculados

Os imigrantes trazem consigo um universo cultural com referências sociais, religiosas e escolares. Imigrar pressupõe uma troca de saberes, um diálogo com as experiências da vida anterior ao novo jeito de viver. Desse ambiente experimental, algumas barreiras poderão impor limites às populações migrantes. Sob o ponto de vista educativo, a comunicação parece ser o maior entrave e desafio a ser superado.

De acordo com Costa (2016), a comunicação é a base para a convivência, daí a necessidade da criação e fortalecimento dos laços de confiança e empatia entre os envolvidos do contexto educacional. Segundo a autora, “[...] trazer as famílias imigrantes para as escolas implica aprender a viver juntos, o que, por sua vez, implica viver experiência de contato com o diferente, experiência de solidariedade, de respeito, de tolerância e de diálogo” (COSTA, 2016, p. 5).

Foi assim a experiência verificada entre os familiares dos alunos imigrantes junto às instituições de ensino no município de Igrejinha/RS, um grande esforço ocorria para que a comunicação adequada acontecesse e o diálogo fluísse entre a escola e as famílias. Conforme o questionário, a respeito da pergunta sobre a inserção das famílias dos alunos imigrantes no cotidiano escolar, observou-se a seguinte resposta:

É complicado, principalmente o contato por telefone com os familiares. Mas, no presencial, um da família geralmente fala um pouco o português⁵.

Assim como acontece com os seus familiares, os próprios alunos imigrantes enfrentam a barreira da comunicação no dia a dia escolar. O fato de não dominarem totalmente a língua portuguesa pode distanciar a criança ou o adolescente dos seus pares. No município pesquisado, quando perguntado sobre a inserção dos estudantes no espaço educacional, a barreira da comunicação foi novamente o fator de maior relevância. A resposta para a indagação foi a seguinte:

A grande maioria dos alunos imigrantes fala um pouco de português.

⁵ As falas dos sujeitos da pesquisa serão apresentadas na mesma formatação das citações, porém em itálico, para diferenciar do referencial teórico utilizado no trabalho.

De acordo com Crochík (1997), em se tratando dos alunos imigrantes, é necessário que sejam criadas estratégias pedagógicas adaptadas às condições desses discentes e espaços para a valorização da cultura que essa população traz junto consigo, somente assim será possível a superação da condição de invisibilidade dos imigrantes e que, muitas vezes, é reforçada pela escola. A escola é uma instituição inserida em uma sociedade multicultural. É necessário que a organização escolar ultrapasse os seus muros para se tornar uma instituição cultural e preparada para receber os mais diversos alunos e lhes atenda de acordo com as suas singularidades. Somente assim serão plenamente rompidas as barreiras que interferem no efetivo ensino e aprendizagem dos alunos imigrantes.

5.3 Processo de inserção e acesso à educação dos imigrantes

O uso de tecnologias para o auxílio da educação é um assunto emergente e que se faz cada vez mais presente nos meios escolares como estratégia de ensino e aprendizagem por parte de professores e alunos nos variados níveis. A utilização de ferramentas tecnológicas que facilitam esse processo é incentivada pelo meio acadêmico e nas produções científicas (CONTE, 2015). Essa inserção de ferramentas tecnológicas auxilia, inclusive, na integração de alunos imigrantes, como foi possível observar a partir da análise do questionário respondido pela Secretaria de Educação de Igrejinha, no qual consta:

Os que ingressaram na escola sem saber o nosso idioma, os professores usam recursos, como por exemplo, o Google Tradutor.

Podemos observar, no discurso acima, que o idioma pode demonstrar-se um dificultador para o ensino, porém consegue também apontar novas estratégias e possibilidades dentro da sala de aula, em que o professor utiliza-se de sua capacidade de se adaptar para inovar e transformar a educação em algo dinâmico, com o uso da tecnologia.

A tecnologia no ambiente escolar é um assunto que nos faz refletir sobre a importância do acesso a bases tecnológicas por parte dos alunos, sendo eles imigrantes ou não, em todos os níveis de ensino. Porém, no Brasil, barreiras como a

desigualdade racial e o racismo institucional ainda podem ter uma estreita relação com essa dificuldade de acesso a bases tecnológicas de aprendizagem.

O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão e foi o principal destino de tráfico de pessoas escravizadas vindas da África, o que reflete até os dias atuais em um país com diversos dados sociais que apontam para um racismo institucional que insiste em trazer desigualdades raciais para nosso território (Observatório das Desigualdades, 2020).

A desigualdade racial na Educação também se faz muito presente, conforme dados apontados no Boletim 7º do Observatório das Desigualdades publicados no ano de 2020, pois a frequência escolar, taxa de conclusão do ensino fundamental e médio e índices de aprovação são expressivamente menores em pessoas de pele preta/parda.

Entretanto, no estudo, foi possível perceber que esses dados e expressivos indicadores de desigualdade racial na educação e o racismo institucional não foram citados.

Enquanto Secretaria de Educação, nunca chegou nenhuma situação de preconceito, bem pelo contrário, são bem acolhidos.

Na resposta, podemos observar que, no âmbito da Secretaria de Educação, as informações de situações de preconceito e discriminação no ambiente escolar com os alunos imigrantes de Igrejinha não são notificadas. Isso pode estar relacionado a sua inexistência ou, se existente, este conflito é resolvido na própria instituição de ensino.

Além da questão do preconceito em relação aos alunos imigrantes, outro fator que chama a atenção é a assiduidade escolar. A assiduidade no espaço escolar ocorre, além do próprio processo de ensino-aprendizagem, com questões relacionadas à alimentação escolar.

A alimentação escolar adequada é considerada um direito fundamental do ser humano. De acordo com a Resolução nº 26 de 17/06/13, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar dos alunos da Educação Básica, o emprego da alimentação saudável e adequada contribui para o crescimento e desenvolvimento dos alunos e também para a melhoria do rendimento escolar.

A relação existente entre alimentação escolar e educação é vista não apenas na legislação sobre o assunto, mas também em estudos sobre a temática. De acordo com pesquisas realizadas, uma alimentação escolar de qualidade está estritamente relacionada a fatores que favorecem uma educação de qualidade. De acordo com Padilha, Trajano Júnior e Santos (2019), a alimentação escolar está relacionada não apenas com a aprendizagem e com o desempenho escolar, mas também com a disposição e com a assiduidade do educando. Sobre a assiduidade, os dados do questionário realizado junto à Secretaria de Educação evidenciaram que os alunos imigrantes:

Eles são assíduos. Muitos até pela questão da merenda escolar.

Como citado anteriormente, a alimentação escolar é um importante recurso que incentiva a assiduidade na escola e favorece uma educação de qualidade. Além desse fator, a sociabilidade é um importante estímulo para a integração escolar. Sobre a convivência e a sociabilidade dos alunos imigrantes com alunos da comunidade local, os dados fornecidos pela Secretaria de Educação evidenciaram que:

Eles conseguem acompanhar a turma, principalmente pelo bom relacionamento, todos ajudam... E o fato da assiduidade nas aulas também contribui.

Fazer-se presente, assíduo nas aulas, contribui para uma construção da aprendizagem significativa, além de aproximar os educandos imigrantes da cultura local, promovendo assim mais respeito, entendimento e tolerância. Isso incentiva o processo de inserção e o acesso efetivo à educação dos alunos imigrantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à educação deve ser universalmente garantido. Sendo assim, essa pesquisa teve como foco principal verificar como se dá o acesso efetivo à educação pela população imigrante no município de Igrejinha, no estado do Rio Grande do Sul. Os resultados evidenciaram que a totalidade da população de imigrantes em idade escolar está inserida no contexto educacional do território pesquisado.

A inserção desse grupo de imigrantes não exclui barreiras no cotidiano escolar. Conforme a pesquisa realizada, foi possível verificar que um dos desafios enfrentados relaciona-se à comunicação, sobretudo ao idioma. Foi possível observar, por meio dos resultados da pesquisa, que, no ambiente escolar, são utilizadas ferramentas tecnológicas, como o Google Tradutor, que contribuem para a aproximação da relação entre aluno imigrante e educador e também entre aluno imigrante e aluno brasileiro.

Apesar de existirem, no Brasil, evidências de desigualdade racial e racismo institucional, não se identificaram, no estudo, situações relacionadas ao tema que foram notificadas para a Secretaria de Educação. Partindo dessa perspectiva e dos resultados encontrados, entende-se que futuras pesquisas possam ser realizadas junto à comunidade imigrante e com a comunidade escolar para uma melhor compreensão do campo pesquisado.

REFERÊNCIAS

AULETE CALDAS. **Dicionário On-line**. <http://www.aulete.com.br/dicionario>. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Emendas Constitucionais de Revisão. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 set. 2020.

_____. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 set. 2020.

_____. **Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>. Acesso em: 14 set. 2020.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACÊDO, M.; PEREDA, L. **Resumo Executivo**. Imigração e Refúgio no Brasil. A inserção do imigrante, solicitante de refúgio e refugiado no mercado de trabalho formal. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública / Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2019.

CONTE, E.; MARTINI R. M. F. As tecnologias na educação: uma questão somente técnica?. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, out./dez. 2015.

COPA VALE DO PARANHANA. Disponível em:

<http://copavaledoparanhana.blogspot.com/2014/04/>. Acesso em 22. Set. 2020.

COSTA, Graça dos Santos. Educação e imigração: oficinas interculturais como dispositivos para apoiar a participação das famílias imigrantes. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v.12, n.22, p. 39-61, maio/ago. 2016.

CROCHÍK, José Leon. **Preconceito, indivíduo e cultura**. São Paulo: Robe editorial, 1997.

DUARTE, Clarice Seixas. **Direito Público Subjetivo e Políticas Educacionais**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 113-118, 2004.

FARIA, Andressa Virgínia de; FERNANDES, Duval. Análise temporo espacial e perfil da imigração haitiana no Brasil – 2010-2014. *In*: **Seminário Migrações Internacionais, Refúgio e Políticas**. São Paulo, 2016.

FERNANDES, Doris Rejane. Dos caminhos de tropeiros às moradas de favor, às fazendas, à cidade de Taquara: história do século XVIII ao XX. *In*: REINHEIMER, Dalva *et all* (Org.). **Caminhando pela cidade**: apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

IBGE. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/igrejinha/panorama>. Acesso em 30. set. 2020.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007.

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES. **FALANDO SOBRE RACISMO**: Alguns apontamentos acerca das desigualdades raciais no Brasil -Boletim N°7 / Fevereiro de 2020.

PADILHA, Bruna Merten; TRAJANO JÚNIOR, Salatiel Braga; SANTOS, Javan Sami Araújo dos. Histórico da alimentação escolar e sua relevância para a Educação Básica Pública. *In*: IX Encontro de Pesquisa em Educação de Alagoas (EPEAL), 2019, Maceió. Anais do Evento: **IX Encontro de Pesquisa em Educação de Alagoas** (EPEAL), 2019.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. **O estado democrático de direito e o sentido da exigência de preparo da pessoa para o exercício da cidadania, pela via da educação**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2009. São Paulo: N.B.S. RANIERI, 2009.

SANTOS, Mônica Regina Nascimento dos. Estado, educação e direitos humanos. **Katál**, Florianópolis, v.22, n.3, p.577-586, set./dez. 2019.

SCHWINN, Simone Andrea; COSTA, Marli M. M. da. Migrações contemporâneas: o Brasil e as políticas públicas para migrantes - análise a partir do projeto de lei

288/2013. In: **XI Seminário Nacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea e I Mostra Nacional de Trabalhos Científicos**. 2015.

SEBRAE. Disponível em:

<https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Igrejinha.pdf>. Acesso em 06. Out. 2020.

SILVA, Leda Maria Messias da; LIMA, Sarah Somensi. Os imigrantes no Brasil, sua vulnerabilidade e o princípio da igualdade. **Rev. Bras. Polít. Públicas**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 384-403, 2017.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. Haitianos no Rio Grande do Sul: panorama e perfil do fenômeno migratório contemporâneo. **Périplos**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 92-110, out. 2017.

VIAL, Sandra Regina Martini. Direito Fraternal na Sociedade Cosmopolita. **RIPE: Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos**, Bauru, v.1, n.46, p.119-134, jul./dez. 2006.

WALDMAN, Tatiana Chang. **O acesso à educação de imigrantes em São Paulo: a trajetória escolar de imigrantes em São Paulo: a trajetória de um direito / Dissertação (Mestrado)** - Universidade de São Paulo, 2012. São Paulo: T.C. Waldman, 2012.